



Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Valongo

Recomendação

A tragédia dos refugiados e migrantes que, fugindo da guerra e da opressão, tentam chegar a países europeus, continua a agravar-se.

Neste ano de 2016, segundo a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o número de mortos na travessia do Mediterrâneo já ultrapassou as 3.800 pessoas. E de acordo com a ONG "Salvem as Crianças" mais de 600 crianças morreram ou desapareceram no mar só no decurso deste ano.

Perante a mais grave crise humanitária vivida na Europa desde a segunda guerra mundial, organizações humanitárias e forças políticas continuam a denunciar a falta de resposta adequada por parte das instâncias europeias. É imperioso reforçar os meios para salvar vidas, aumentar o número de instalações de acolhimento, ativar a reunificação familiar e a atribuição aos refugiados de vistos humanitários, de estudo e de trabalho.

Apesar da disponibilidade de muitos municípios portugueses para receber refugiados, o certo é que os procedimentos em vigor apenas possibilitaram o acolhimento, até agora, de 676 refugiados no âmbito do plano de recolocação da U.E. e de 51 ao abrigo dum outro programa de reinstalação orientado pela ACNUR.

Recentemente decorreu no Parlamento Europeu o encontro "Cidades da Solidariedade" no qual Spyros Galinos, presidente da Câmara de Lesbos, ilha da Grécia com 80.000 habitantes onde se encontram mais de 15.000 refugiados, apelou à criação duma rede de municípios europeus que se juntem para enfrentar este problema e, na medida das suas possibilidades e com procedimentos agilizados, acolham mais refugiados.

Pelo exposto, e tendo em conta os princípios de solidariedade entre os povos e de acolhimento a refugiados já anteriormente manifestados, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em sessão ordinária em 12 de Dezembro de 2016, RECOMENDA ao Executivo camarário:

- que seja contactado o município de Lesbos (Grécia) para avaliar a possibilidade de acolhimento pelo município de Valongo de alguns dos refugiados que ali se encontram

O deputado municipal do BE

Almo António Dias Monteiro



Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal de Valongo

Moção

Há 40 anos realizaram-se as primeiras eleições livres para as autarquias locais. Antes da revolução libertadora do 25 de Abril de 1974, até os presidentes das câmaras eram nomeados pelo governo...

Há 40 anos, e pela primeira vez, as mulheres puderam eleger e ser eleitas sem restrições associadas à sua situação familiar, profissional ou outra.

Apesar das transformações tão positivas introduzidas pelas autarquias nas infraestruturas locais ou nos apoios sociais, o seu papel não tem sido suficientemente reconhecido pelo Estado, que persiste numa atuação centralista.

A lei das finanças locais não tem sido cumprida. A título de exemplo, o valor global (cerca de 0,13%) atribuído pelo orçamento do Estado a todas as freguesias do país, não atinge sequer 200 milhões de euros em cada ano...

A exigência das populações é que as autarquias respondam cada vez melhor aos problemas locais, sejam transparentes na sua atuação, aprofundem a participação pública e a democracia local. E para isso são necessárias mais competências e os adequados meios financeiros.

A Assembleia Municipal de Valongo reunida em sessão ordinária em 12 de Dezembro de 2016, delibera:

- 1- Saudar os 40 anos do poder local democrático;
- 2- Reclamar a atribuição às autarquias de mais competências, com o correspondente financiamento;
- 3- Salientar a importância da maior participação cidadã nas autarquias e o reforço da democracia local.

→ 3. PUGNAR PELO CUMPRIMENTO DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS.

O deputado municipal do BE

Nuno Antunes Dias Monteiro

MOÇÃO

Doc 3

Municipalização do Estádio de Sonhos em Ermesinde

O estádio de Sonhos, onde joga o Ermesinde Sport Clube 1936, foi em tempos arrestado devido a uma dívida do Ermesinde Sport Clube, adquirida por um particular, causando uma série de embaraços ao clube, tendo estado já ameaçada a sua participação no campeonato da Divisão de Honra da AF Porto.

Tal situação arrastou-se desde o mandato do anterior Executivo desta Câmara, protelando-se para o atual Executivo que desde a sua eleição em 2013 tentou tudo para chegar a um entendimento com o adquirente da dívida e estabelecer a normalidade e condições de funcionamento, sem sobressaltos, do ESC 1936. Não tendo sido possível chegar a acordo com o detentor da referida dívida, o Executivo da Câmara tomou a iniciativa de encetar o processo de expropriação do Estádio de Sonhos para benefício e utilidade pública. Esse processo foi deferido pela Secretaria de Estado das Autarquias Locais, levando à tomada de posse administrativa do Estádio de Sonhos pela Câmara Municipal de Valongo na passada quarta-feira, dia 7 de dezembro de 2016.

O Grupo Municipal do PS nesta Assembleia vem manifestar o seu regozijo pela atitude pro ativa do executivo camarário que resolveu mais um caso pendente, permitindo ao ESC 1936 continuar a usufruir do estádio para a prática desportiva, estádio esse que em 2017 e conforme Orçamento e GOP, receberá um relvado sintético, tal como o do Sport Clube Campo, que permitirá uma prática de treino e competição mais intensivas, estendendo também às camadas jovens essa melhoria de condições da prática desportiva. A manutenção daqueles relvados será também mais sustentável pela redução de custos comparativamente com os relvados naturais que acarretam o corte de relva, água de rega e outros custos de manutenção, não necessários nos relvados sintéticos.

Ermesinde ficará assim com um Estádio Municipal e o ESC1936 com condições de estabilidade condignas para competir no futebol em todos os seus escalões.

Em suma, registamos que onde executivos anteriores terão visto problemas, agora o executivo PS vê alternativas, soluções e melhorias.

Valongo, 12 de dezembro de 2016

O Grupo Municipal do Partido Socialista,





CDS-PP
VALONGO

Assembleia Municipal de Valongo 12 de Dezembro de 2016

Recomendação

Os incêndios florestais são um dos principais responsáveis pela destruição de uma área considerável da floresta. Este ano não foi excepção. Uma grande área de floresta e mato, bem como um considerável número de casas, foi destruído no País. No concelho de Valongo, assistiu-se, mais uma vez, por falta de meios, a um consumo exagerado de floresta e mato.

Em Valongo existem duas extensas manchas florestais principais - uma formada pelas serras de Sta. Justa e Pias e outra formada pela Serra de Penedos.

Sem contabilizar ainda as ocorrências de 2016, nos últimos 6 anos em Valongo ocorreram em média 130 incêndios florestais de diferentes proporções. Os dois maiores foram em 2010 quando arderam mais de 550 hectares de floresta e mato, e em 2013 quando arderam mais de 100 hectares (fonte: ICNF/MA-MAFDR). Só por via destes 2 incêndios, arderam mais de 650 hectares de floresta em Valongo.

Facilmente compreendemos a importância do combate aos fogos florestais, que estão maioritariamente entregues nas mãos das duas corporações de Bombeiros do Concelho e da importância destes disporem de meios e equipamentos para combate a incêndios florestais. Quanto à prontidão dos efectivos humanos, sabemos bem que podemos contar. Quanto aos meios materiais, que permitam o combate rápido aos incêndios, continuam em falta, muito por incúria da Câmara Municipal.

Se dúvidas houvesse, devemos olhar para os orçamentos dos anos anteriores e o deste ano.

Na recente época de incêndios, a única viatura de combate a fogos florestais existente nos Bombeiros de Ermesinde ficou inoperacional. Os Bombeiros de Valongo dispõem de uma viatura que por via da idade que tem, mais de 30 anos, se revela um meio frágil de combate a fogos florestais.

Desta forma, a protecção da totalidade do património florestal de Valongo, fica dependente da única viatura disponível nos Bombeiros de Valongo, o que como dissemos tem mais de 30 anos de vida.

Para agravar esta situação, os Bombeiros de Ermesinde, viram gorada a expectativa de serem alocados àquela corporação, incentivos para a aquisição de uma nova viatura de combate a fogos florestais.

Por todas estas razões,

O Grupo Municipal do CDS-PP, propõe que esta Assembleia Municipal, ^{que} recomende à Câmara Municipal de Valongo, que inicie diligências no sentido de rapidamente acautelar a necessidade de reequipar os Bombeiros de Ermesinde e Valongo com viaturas de combate aos fogos florestas, bem como, o reequipamento de meios individuais de protecção dos bombeiros. Este reequipamento, com o apoio da Autarquia, está em linha com o que é comum noutros Concelhos e pode ser realizado quer com verbas próprias da Autarquia, quer por via de candidaturas a fundos de apoio para o efeito.

Sem este equipamento, o combate a incêndios florestais fica seriamente comprometido, com os inerentes riscos na defesa do património colectivo e individual da população.

Pelo Partido Popular CDS/PP



Esta recomendação e sentido de votos dos grupos municipais deve ser enviado para:

- *Bombeiros Voluntários de Ermesinde*
- *Bombeiros Voluntário de Valongo*
- *Liga dos Bombeiros Portugueses*
- *Autoridade Nacional de Protecção Civil*
- *Assembleia Metropolitana do Porto*
- *Ministra da Administração Interna*
- *Executivos das Juntas de Freguesia do Concelho de Valongo*
- *Assembleias de Freguesia do Concelho de Valongo*
- *Comissão Municipal de Protecção e Segurança*

Doc. 5



CDS-PP
VALONGO

Assembleia Municipal de Valongo
12 de Dezembro de 2016
Votos de Louvor
Pelos 40 anos das eleições Autárquicas

Fazem hoje exactamente 40 anos, que se realizaram as primeiras eleições autárquicas, em Portugal, no Domingo, 12 de Dezembro de 1976.

Foram as primeiras eleições, após a revolução que elegeram os órgãos locais.

Naquelas eleições, foram eleitos 304 presidentes de Câmara, 1908 vereadores, 5135 deputados municipais e mais de 26 mil deputados ~~municipais~~ para as diferentes assembleias de freguesia.

De realçar que as eleições de Dezembro de 1976, consideradas de pouca participação, a abstenção foi de 35%. Nas últimas autárquicas, em 2013, a nível nacional a abstenção foi de 47% e no concelho de Valongo foi ainda superior, a 49%. Daí, a necessidade de procurarmos diminuir a abstenção. O recurso à Assembleia Municipal de Jovens é fundamental, mas torna-se importante o recurso a outros meios, que sensibilizem a população jovem do concelho de Valongo a votar

Assim, o grupo municipal do Partido Popular CDS/PP, propõe à Assembleia Municipal de Valongo, a aprovação um voto de Louvor a **todos aqueles que nos últimos 40 anos, se dedicaram à causa autárquica**, eleitos nos diferentes órgãos, expressando a maior gratidão pela forma que emprestaram o seu tempo, o seu saber e a sua dedicação à gestão do **município** e das freguesias.

Pelo Partido Popular CDS/PP

Este voto de Louvor deve ser enviado para:

- Câmara Municipal
- Juntas de Freguesia do Concelho de Valongo;
- Assembleias de Freguesia do Concelho de Valongo;

CDU - Coligação Democrática Unitária

Saudamos a todos

O recente anúncio sobre a expropriação do Campo de Jogos do Ermesinde Sport Club 1936, veio pôr fim a um longo processo de dúvidas sobre duas questões que foram sempre consideradas por nós, muito importantes;

1ª. - O colocar-se um ponto final na previsível construção habitacional nos Montes da Costa e a definição clara de que também no espaço onde desde sempre o Ermesinde Sport Clube agora 1936, praticou a sua principal actividade desportiva, não irá acontecer também essa possibilidade construtiva.

2ª. - E não menos importante, o assumir da responsabilidade pela parte do Executivo Camarário, de que a Cidade de Ermesinde irá beneficiar no futuro, de um espaço municipal digno para a prática desportiva, a bem do ESC1936 e das outras colectividades que verão consagrados também a possibilidade da sua utilização, uma vez que existe um amplo espaço a preparar, que com toda a certeza não deixará de beneficiar todos os ermesindenses.

Saudamos assim, a CM de Valongo, onde a CDU sempre acompanhou positivamente a conclusão deste processo, e principalmente a actual Direcção do Ermesinde Sport Clube 1936, pela sua paciência, e luta constante, na forma como foi trabalhando todo este processo, sabendo distanciar-se de quezílias dos diferentes interesses instalados, e onde procuraram de uma forma ou de outra, tentar beneficiar com a sua intransigência, a defesa dos interesses do seu Clube. Bem hajam.

12 de Dezembro de 2016

CDU - Coligação Democrática Unitária

Voto de Congratulaçõs Pá. 6

A AM de Votantes, reunida em 12-12-2014, decidiu
apresentar um voto de Congratulaçõs pela
eleiçõs do Antõnio Gutierrez para SG. do CASU
Esta eleiçõs, que dignifica a vida política,
mas tambem Portugal e os portugueses,
merece de todos, o reconhecimento pela
relevancia desta eleiçõs e deixar votos que
para o Eng. Antõnio Gutierrez, fu um
mandato que dignifique um só aquelles
que agora se compatilhem com a ma
eleiçõs, mas acima de tudo que dignifique
a vida humana em harmonia com
naçõs e seus mais diversos interesses.

Valença, 12 de dezembro de 2014

Moção

Considerando que a atividade da Recivalongo, Lda. tem sido alvo de constantes reclamações dos habitantes de Sobrado, devido à emissão de maus odores, proliferação de insetos e gaivotas na área de deposição de lamas e detritos em aterro;

Considerando que o Município e Junta de Freguesia têm acompanhado o problema, cientes do receio e desconforto da população, além dos potenciais impactos caso a operacionalização não esteja a ser executada de acordo com o projeto aprovado e as condições exaradas na licença ambiental;

Considerando que a empresa Recivalongo - Gestão de Resíduos Lda, em Valongo, encontra-se licenciada para a Operação de Deposição de Resíduos em aterro ao abrigo da Licença n.º 02/2012 de 23 de Maio pela CCDRN, que inclui a Licença Ambiental n.º 343/2009 de 10 de Dezembro, emitida pela APA, com validade até 31/12/2021;

Considerando que a licença emitida admite a receção em aterro de 425 tipos de resíduos, onde se incluem as lamas de tratamento de águas residuais urbanas (LER 190805);

Considerando que, face ao alargado âmbito da licença, não existe, à luz da investigação efetuada pelas autoridades competentes, matéria que fundamente o desencadeamento de um processo de natureza sancionatória, apesar do evidente e preocupante o incómodo para a população gerado pela emissão de odores proveniente da atividade da empresa;

Considerando que a instalação já se encontra em operação desde 2012, mas as queixas são mais expressivas há cerca de um ano, coincidentes com a receção de lamas provenientes de estações de tratamento de águas;

Considerando que a deposição em aterro tem sido feita diretamente, sem uso das técnicas de operação recomendadas, que inclui o revolvimento das lamas nos resíduos e a cobertura com inertes; o que é um problema na medida em que a lama a céu aberto emana odor;

Considerando que os moradores têm-se queixado da ligação da tubagem de descarga da Estação de Tratamento de Lixiviados ao coletor de águas residuais que vai para a ETAR de Campo, afirmando que o cheiro entra nas suas casas e que a pressão é demasiada para a capacidade da tubagem, temendo por isso que os coletores rebentem;

Considerando que a Licença para a receção de lamas - o principal foco do problema pelos dados recolhidos até à data – tem validade até 2021;

Considerando que, a licença ambiental tem a duração da licença de exploração, a não ser que exceda 10 anos, ou que infrinja o n.º 3 do artigo 20º do decreto-lei n.º 173/2008, ou seja, se houver poluição ambiental comprovada exigindo a revisão dos valores limite de emissão estabelecidos na licença, entre outras menos expectáveis;

Propõe-se a esta Assembleia a aprovação desta moção, tendo em vista a atuação da Câmara Municipal junto da CCDR para que esta entidade proceda a uma fiscalização mais detalhada e meticulosa, tendo em consideração os factos apresentados supra, em sede de renovação da licença.

Valongo, 12 de dezembro de 2016


Alfredo Sousa



Doc. 8

RECOMENDAÇÃO

Proposta para inclusão da Escola Vallis Longus no protocolo de requalificação das escolas do concelho

A situação de esquecimento, por parte da tutela, a que as escolas básicas e secundárias do concelho de Valongo foram sujeitas ao longo dos últimos anos, provoca indignação nas suas comunidades educativas, que se sentem desprezadas pela falta de consideração. As opções políticas tomadas pelos sucessivos governos, não podem ser escamoteadas e têm vários responsáveis, que prometeram muito e depois não concretizaram.

No passado, interviemos nos órgãos autárquicos no sentido de alertar para a falta de investimento no nosso concelho nesta área, apresentamos propostas na Assembleia da República para a dotação de verbas em sede de Orçamento de Estado e questionamos os diversos governos sobre esta problemática. No entanto, apesar de reconhecida a necessidade de intervenção, a situação manteve-se e agravaram-se os problemas ao nível das infraestruturas, com a degradação dos edifícios, a sobrelotação das escolas, a falta de recursos ao nível humano e material, a deficiente e ultrapassada estrutura elétrica, sanitária e isolamento térmico.

Acrescente-se, ainda, que nenhuma escola, da competência do governo, no concelho de Valongo foi objeto de requalificação, ao contrário da maioria dos concelhos vizinhos. Este fator concorre para o aceleração da perda de alunos para outros estabelecimentos de ensino público e privado, com melhores condições materiais.

Destaco apenas três das escolas mais críticas a este nível: Escola Secundária de Ermesinde, Escola Secundária de Valongo e Escola Básica Vallis Longus.

Apesar de todas as insistências e denúncias, só em meados de 2015, surge a possibilidade de existir uma intervenção promovida pela CCDR – Norte que contempla a Escola Secundária de Ermesinde com uma verba de 4 milhões de euros, escasso para as reais necessidades atuais. A mobilização reivindicativa levada a cabo pelas comunidades escolares e das forças sociais do concelho de Valongo conduziram a uma ligeira alteração, com a inclusão da Escola Secundária de Valongo no processo. O facto é que foram encetadas diversas iniciativas que trouxeram para a discussão pública a urgência da requalificação destas escolas.

No entanto, a Escola Básica Vallis Longus sente-se defraudada pela situação criada e esquecida por parte de quem define as prioridades e as necessidades. É uma escola com um edifício de 1982, que se encontra sobrelotada há mais de 20 anos e com uma promessa de intervenção orçamentada, em Diário da República de julho de 2009, no valor de 1.25 milhões de euros.

Numa reunião com as forças políticas, promovida pelo Conselho Geral da Escola, ocorrida no fim de novembro, foram discutidas algumas propostas e solicitada, por parte da Direção, a nossa ajuda no sentido de reforçar a necessidade inclusão daquela escola no processo de requalificação. Tomámos conhecimento do agendamento de uma reunião com a equipa do ministério da Educação e, nesse sentido, apresentei uma proposta para que pudesse incluir esta terceira escola.

Assim, considerando que:

- Na realidade, os valores atribuídos para ambas as escolas secundárias são insuficientes para colmatar todas as suas necessidades;

Doc 9

MOÇÃO

A Câmara Municipal de Valongo fez chegar a casa de todos os munícipes um infomail, onde entre muitas imprecisões também tinha taxativamente:

" valor transferido pela Câmara Municipal de Valongo para a Junta de Freguesia de Alfena, para efectuar varredura em todas as ruas cinco vezes por semana".
Tal aconteceu também em Ermedel. Tentaram
Isto é totalmente falso como todos sabem. *Tentou as* Juntas de Freguesia e tentou a CDU e o PSD que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo repusesse a verdade. Este recusou-se a fazê-lo.

Porque a verdade deve ser defendida, proponho que a Assembleia Municipal de Valongo divulgue por todos os órgãos de comunicação social, locais, regionais e nacionais o seguinte texto:

A Câmara Municipal de Valongo comunicou a todos os habitantes do concelho que ao abrigo dos acordos de execução dava dinheiro às Juntas de Freguesia, para varrerem todas as ruas cinco vezes por semana.

A Assembleia Municipal de Valongo faz saber que esta afirmação é totalmente falsa e que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo mentiu descaradamente e difundiu esta mentira à custa do erário público, exigindo que o sr. Presidente da CTU *28/02/17* para a verdade fazendo novo infomail dando a conhecer aos Valonguenses a realidade, isto é, um pedido de desculpas através do mesmo meio pelo qual foi difundida a informação em causa, escusando "omso e a vo eia".
Valongo, 29 de Setembro de 2016

O Presidente da Junta de Freguesia de Alfena

Agnaldo Soares

Valongo, 13 de dezembro 2016

Os Subscritores

Luís Ribeiro

Agnaldo Soares



Doc 10

Orçamento, Grandes Opções do plano, mapa de pessoal para 2017
Plano de Atividades e Orçamento da Vallis Habita para 2017

A proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2017 segue uma orientação em concordância com o que tem sido apresentado ao longo deste mandato por José Manuel Ribeiro/PS, com aspetos negativos que não podem deixar de ser denunciados. Devido a muitos constrangimentos de ordem financeira que o município atravessa, argumento adiantado para justificar a adesão ao Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), verificam-se condicionamentos na busca das melhores soluções para resolver os problemas correntes da sua população. Esta situação não pode ser descartada de responsabilidades de quem governou os destinos durante décadas, quer a nível local quer a nível nacional, com uma visão descurada de rigor e manipulada por poderes externos, assente numa filosofia economicista, sem preocupações sociais.

Ao longo deste mandato, a CDU mostrou ser uma voz contrária ao rumo que parecia estar predeterminado, apresentando propostas de melhoria, defendendo princípios e indo de encontro a muitos anseios que a população de Valongo lhe fez chegar. Criticou o rumo de privatizações/concessões de serviços e equipamentos. É possível referir diversas situações que podiam ser implementadas de forma diferente e em que o Município podia mostrar maior abertura para reverter, mesmo de forma faseada e prolongada no tempo.

Ao longo do tempo, a CDU tem contribuído para a implementação de medidas que mostraram ser relevantes e numa perspetiva de melhoria das condições da nossa população. Questões como a habitação social, os problemas sociais e a defesa dos serviços municipais foram uma preocupação constante, que muitas vezes não encontraram apoio no PS e no PSD.

Entretanto, o Programa Operacional Regional do Norte 2020 (POR Norte 2020) abriu potencialidades para a realização de investimentos importantes que não podem deixar de ser devidamente aproveitadas pela autarquia. Aliás, num quadro em que, por resultados das opções de PSD e PS ao longo dos anos, o Município ficou com a sua capacidade de investimento seriamente afetada, a CDU tem vindo a chamar a atenção para a necessidade de tirar proveito desta possibilidade. Em resultado deste elemento, a proposta de Orçamento para 2017 prevê a inclusão de investimentos, que a prazo, irão melhorar a condição de vida das populações.

Passamos a ter um orçamento com um valor global na ordem dos 40 milhões de euros (7 milhões são oriundos das transferências de capital – projetos inseridos no PEDU e a Requalificação e Modernização de Escolas), o que registamos positivamente.



Sobre esta temática da procura de fundos comunitários, que pensamos ser positivo, temos que recordar que não vale a pena apenas incluir rubricas no orçamento e depois não haver concretização dos objetivos traçados. O Município terá que ser criterioso e cauteloso na aplicação de fundos e mostrar sensibilidade para que a atuação seja responsável e adequada às necessidades mais imediatas que assolam a população do concelho.

No entanto, é evidente que a proposta de Orçamento sofre do pecado do eleitoralismo, sendo notório que pretende projetar uma imagem pública da governação local de José Manuel Ribeiro/PS que não encontra fundamento nos 3 anos decorridos entre as eleições autárquicas e o presente.

A variação existente entre este Plano Plurianual de Investimentos (PPI) - e a dos anos anteriores é significativa, sendo fruto da mais-valia proporcionada pelas medidas previstas no POR Norte 2020, mas, tal como a CDU referiu na altura da discussão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), não se foi mais longe porque faltou vontade para, em devida altura, alargar as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e, deste modo, poder exigir uma verba superior e desejar a concretização de mais projetos de desenvolvimento urbano.

Em relação à análise do mapa de pessoal, verificamos, novamente, que continua a existir uma redução de trabalhadores (621 no início de 2016 para 619 previstos em 2017). Esta redução, apesar de ligeira, representa um agravamento da situação que se soma a reduções em anos anteriores. A redução de pessoal limita ainda mais a capacidade de intervenção do Município na resolução dos problemas do concelho.

A proposta de Orçamento mantém o paradigma de privatizações/concessões dos principais serviços municipais, não contendo qualquer sinal de alterar este rumo desastroso. Desta forma o estacionamento na via pública, a recolha do lixo, as refeições escolares e as águas e saneamento continuarão em mãos de privados, com elevados custos para o erário público e para as populações. Aliás, ao longo do mandato, teria sido possível iniciar processos tendo em vista a retoma de serviços, ou de parcelas de serviços, novamente para a autarquia, nomeadamente no que se refere à recolha do lixo, às águas e saneamento e às refeições escolares, mas o PS preferiu manter ou até mesmo agravar privatizações e concessões. A título de exemplo, refira-se a possibilidade de investimento municipal na ETAR de Campo, o que, caso fosse realizado, era a abertura de um caminho até à rescisão do contrato com a bewater.

No que concerne ao plano de atividades e orçamento da Vallis Habita para 2017, ao nível da reabilitação, o investimento nos complexos que a empresa municipal é proprietária cifra-se na ordem dos 222 mil euros, dos quais 175 mil serão aplicados nas fachadas do E.H.S. do Calvário, 10 mil no E.H.S. das Pereiras e 26 mil em 4 empreitadas. Ora, o que está previsto arrecadar em termos de rendas situa-se perto dos 345 mil euros e, por isso,



somos levados a crer que a Câmara Municipal deveria ter mais ambição e reforçar as intervenções previstas, tendo em conta a necessidade urgente das mesmas. Relativamente aos Complexos, a Vallis Habita conseguiu reforçar a percentagem obtida pelo serviço prestado de cobrança de rendas, passando a ser de 62,5%, correspondendo a um valor perto dos 192 mil euros. É apenas referido um valor simbólico de 22 mil euros para aplicar em 4 empreitadas, estando as restantes intervenções a realizar incluídas no POR Norte 2020. Também, neste caso, não se percebe o motivo de não haver empenho em solucionar problemas recorrentes, ficando-se como que à espera que as situações se agravem ainda mais. Mas esta situação é ainda mais caricata, quando é dito pelo conselho de administração da empresa, “que no final deste mandato, ..., o património que ainda estava por reabilitar, pertencente à Vallis Habita, E.M., encontrar-se-á totalmente reabilitado”, o que é claramente falso.

Saliente-se que, após decisão unanime da Assembleia Municipal em convidar o conselho de administração da Vallis Habita para prestar esclarecimentos, o conselho de administração da Vallis Habita recusou-se a fazê-lo. Situação inaceitável, ilustrativa da postura do conselho de administração (escolhido pelo PS) na discussão (ou falta dela) dos enormes problemas do concelho nesta matéria.

Em conclusão, a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Valongo para 2017 está irremediavelmente ferida de eleitoralismo e, objetivamente, aquilo que comporta de evolução positiva em relação a anos anteriores resulta essencialmente da intenção de aproveitar financiamentos comunitários e não propriamente de uma intervenção direta da autarquia. Neste quadro, registamos que, pese embora de forma tardia e limitada, há reivindicações da CDU que são consideradas, o que resultará em vantagens para a população.

Pelo explanado, apesar das divergências profundas em relação a aspetos importantes dos seus conteúdos, de forma a não inviabilizar investimentos importantes, a CDU assumirá o voto de abstenção relativamente às propostas de Orçamento do Município de Valongo e da Empresa Municipal Vallis Habita para 2017.



CDS-PP
VALONGO

Doc. 11

Assembleia Municipal de Valongo

12 de Dezembro de 2016

Orçamento e GOP 2017

O orçamento é das peças mais importantes, para a discussão e votação da Assembleia Municipal. As forças políticas são todos os anos chamadas a pronunciarem-se sobre o destino a dar aos impostos arrecadados pelo Município e às receitas para ele transferidas.

Se a responsabilidade de apresentar o orçamento cabe ao executivo, esta Assembleia Municipal, tem a responsabilidade de discutir e de votar tal documento. No nosso entender, é mesmo o documento mais importante discutido e votado na Assembleia.

Analisada a proposta de Orçamento apresentada pelo executivo, saltam de imediato à vista os enormes investimentos previstos por este executivo, no seu último ano de mandato.

É justamente, por 2017 ser o último ano de mandato - que estamos agora a votar este orçamento – antes das próximas eleições autárquicas. É assim um momento de adicional cautela com este tipo de investimentos, mais ainda quando atinge proporções consideráveis. E o concelho de Valongo, ainda tem a memória fresca do preço a pagar por obras em anos de eleições.

Por outro lado - e disso o CDS/PP deu nota, quando foi consultado sobre a proposta de Orçamento – gostaríamos de ver um reforço das verbas alocadas à acção social e ao apoio às associações do concelho, que muito têm contribuído para a coesão da população do concelho. Também chamamos à atenção para as verbas a transferir para as duas corporações de bombeiros do Município de Valongo.

Finalmente, tendo em atenção o que se referiu e em coerência com o que tem sido a nossa posição nos anos anteriores, o nosso ~~voto~~ ^{voto} vai no sentido da abstenção. Não queremos impedir o executivo de governar com o seu plano, mas mantemos as reservas do que agora votamos.

Pelo Partido Popular CDS/PP

Intervencao sobre o Orcamento e grandes opcoes do plano para 2017

Doc. 12

O Orçamento Municipal é a peça fundamental de concretização das políticas do Município, e a bussola orientadora da ação política de qualquer executivo.

No Orçamento e grandes opções do plano para 2017, apresentado pelo executivo socialista da Camara Municipal de Valongo, estas premissas encontram-se bem patentes e definem bem o rumo que se pretende continuar.

Um rumo de investimento, com diferenciação positiva, continuando a construção de uma nova realidade política e económica para o Concelho, virada para as pessoas e de forma sustentável.

Sem aventureirismos mas com ambição, sem ilusões mas com vontade, sem demagogias mas com reais capacidades de concretização.

Esta ambição não é de agora, não é deste Orçamento, mas sim o continuar de um ciclo ambicioso iniciado em 2013.

Desde o inicio do mandato que o executivo do PS assumiu abertamente a vontade de apoiar fortemente áreas como a Juventude, vindo a aumentar a participação dos jovens na atividade política e cívica do concelho com medidas como o Orçamento Participativo Jovem.

Este ano, dá continuidade a essa política de aproximação e de chamamento à cidadania aos jovens. Mais, desde o início que o executivo sempre pautou a sua atuação pela enorme vontade de dotar Valongo e as freguesias do Concelho com equipamentos desportivos dignos, que permitissem a todos, mas principalmente aos nossos jovens, não verem goradas as expectativas da prática desportiva por falta de condições.

Assim, este Orçamento continua essa intenção. Se já em momentos anteriores se procedeu a apoios para a área do desporto em freguesias como Alfena, ou

até na Vila de Sobrado, continua agora a aposta em Ermesinde e Campo, por exemplo.

Esta perspetiva de investimento no concelho, iniciada em 2013/2014, vê agora, com a apresentação deste Orçamento, continuada essa vontade de fazer mais e melhor por Valongo e pelos valonguenses.

Numa outra vertente, sempre foi visível e aceite como prioritária a valorização do concelho nas suas múltiplas atividades históricas e tradicionais, dando um enfoque especial à Regueifa e ao Biscoito, assim como ao Brinquedo tradicional e às festas de ^{Jou}Spão de Sobrado. (As Bugiadas)

Desde o início do mandato que se vem promovendo iniciativas anuais que promovem estas tradições e com a aprovação do Orçamento para 2017, dar-se-á mais um passo extremamente importante nestas áreas que a todos nos unem, ou seja, a capitalização dos nossos costumes e o reconhecimento do nosso concelho.

Assim, neste âmbito podemos destacar os investimentos que serão feitos para a construção da Oficina do Brinquedo Tradicional Português em Alfena e da reabilitação do Antigo Quartel dos Bombeiros para instalar a Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito.

Outra das apostas para o Orçamento será a continuação de obras prioritárias para o Concelho e para as pessoas.

Por um lado, existem obras há muito adiadas e que merecerão uma atenção especial, como por exemplo a ligação da Gandra à Costa, em Sobrado.

Por outro, uma obra emblemática, em parceria com a Junta de Freguesia de Campo e Sobrado verá, finalmente, a sua conclusão. O centro Cívico de Campo.

Finalmente, os cidadãos de Campo terão uma nova centralidade na Vila e poderão desfrutar da mesma, criando-se para tal, condições dignas e modernas para esse usufruto.

Em Ermesinde, e continuando a falar de investimento para dignificar os cidadãos, o início das obras na Escola Secundaria de Ermesinde será igualmente uma realidade, ressaltando-se aqui a originalidade de um processo que coloca o Município, em parceria com o Estado Central, a assumir compromissos em requalificações escolares. É uma solução que poderia e foi discutida, mas que, estamos certos, todos concordarão que o Município, uma vez mais, não virou costas às oportunidades que surgem de melhorar a vida de quem reside ou utiliza os equipamentos do Concelho, seja na Educação, Desporto, Cultura ou lazer.

Muitas outras situações poderiam ser avançadas e que estão previstas no Orçamento, como o Fundo de Emergência Social, o Fornecimento de Refeições Escolares, o Plano de Apoio e Emergência Alimentar, etc. Estão também contemplados neste Plano e Orçamento o Estádio Municipal de Sonhos, o Estádio Municipal de Campo, a Quinta Pedagógica do Passal para inclusão social, o Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto, a Piscina Municipal de Ermesinde, a reabilitação e funcionalização do Mercado Municipal de Valongo e a requalificação de vias e arruamentos, designadamente a Rua de **S. Vicente** (Alfena), a Rua Rodrigues de Freitas (Ermesinde) e a Rua 25 de Abril (Valongo).

Por tudo o que foi dito e mais que consta do Orçamento e grandes opções do plano para 2017, o PS está convencido que Valongo continuará a marcar

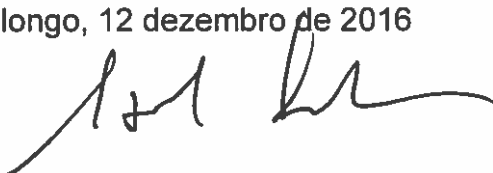
positivamente a ação governativa, com um claro enfoque nas pessoas e desenvolvimento sustentável do território.

Se tudo está atingido, a resposta é não. Mas igualmente assertiva é a resposta do PS à pergunta se tudo fizeram para atingir. Essa resposta é um inequívoco sim, que só não se traduz em mais concretizações porque a vontade do PS e do executivo não foi proporcionalmente idêntica às condições do município.

Para o PS, com este Orçamento, Valongo segue e seguirá o caminho que vem traçando desde 2013, convicto da sua boa ação governativa no concelho e convicto da melhoria das condições de vida dos seus cidadãos e o compromisso do PS, como desde o início o foi, é o de manter uma atenção constante às opções, garantindo que as reais e concretas aspirações dos valonguenses são cumpridas.

Disse.

Valongo, 12 dezembro de 2016





12-Dezembro-2016

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal

e demais membros da Mesa

Ex.º Senhor Presidente da Câmara

Sr.ªs. e Srs. Vereadores

Sr.ªs. e Srs. Membros da Assembleia

Ex.º Público

Comunicação social,

Relativamente ao orçamento e Grandes opções do Plano para o ano de 2017, o Grupo Municipal do PSD/PPM cingir-se-á a considerações de ordem política.

Do nosso ponto de vista é perfeitamente claro que este orçamento está fortemente condicionado pelos fundos comunitários que permitem a quase totalidade dos investimentos que nele podemos ver elencados.

Assim sendo, estranhamente ou talvez não, não foi pela iniciativa do PS e do Dr. José Manuel Ribeiro, que os tão necessários investimento no Concelho de Valongo acontecem.

É perfeitamente claro, que se não fossem estes fundos comunitários, nada de relevante se passaria no nosso concelho por iniciativa ou estratégia do Dr. José Manuel Ribeiro. No limite, e em algumas circunstâncias, teve que ser mesmo o PSD a



pressionar o Presidente desta Câmara para que fundos importantes como os que estão agora orçamentados para as obras de recuperação das escolas de Ermesinde e Valongo não se desperdiçassem.

Um orçamento em que nada se construiria e tudo se adia, usando e abusando de sucessivos estudos e projectos. Tudo vale para adiar as decisões que tinham que ser tomadas, e os compromissos assumidos nas últimas eleições com as populações do nosso Concelho. Os compromissos do PS valeram-lhe na altura votos... os mesmos votos que na ausência do seu cumprimento lhes serão seguramente retirados.

Compromissos com a população permanentemente adiados, porque afinal compreenderam a inexequibilidade dos mesmos.

Cultura confundida com festas, ainda por cima de utilidade/qualidade altamente questionáveis, e onde se gastam recursos consideráveis que poderiam ser usados em prol do Concelho, resolvendo problemas reais...

Se neste ponto da ordem de trabalhos tivéssemos que avaliar os orçamentos socialistas ao longo deste mandato, e a sua capacidade de cumprir com os compromissos assumidos com a população de Valongo ao longo destes últimos anos, o PSD não teria outra opção que não a de votar contra. Se neste ponto tivéssemos que avaliar a capacidade do Dr. José Manuel Ribeiro



de solucionar os problemas do Concelho de Valongo, a sua capacidade de gerir recursos, a sua capacidade de “sonhar” um concelho de Valongo mais competitivo, o PSD não teria outra opção que não a de votar contra.

Mas hoje estamos aqui para avaliar um orçamento que só é positivo para o Concelho de Valongo porque há fundos comunitários que nos permitem tratar de problemas prementes como a habitação social e a educação. Não fossem estes fundos comunitários e estaríamos aqui hoje a discutir neste orçamento, Grandes Opções do Plano e PPI, indícios, apenas indícios de que o PS tentou cumprir promessas. Seria mais um orçamento de projetos, que apenas confirmaria a ausência de “caminho” e estratégia do PS ao longo deste mandato. Fazemos portanto uma avaliação negativa da capacidade do PS de gerir esta Câmara, e nomeadamente da sua incapacidade de cumprir com os compromissos eleitorais baseados nos quais venceu as últimas eleições.

No entanto, e porque o PSD é um partido responsável, e porque consideramos que, potencialmente todos os investimentos feitos no nosso Concelho contemplados neste orçamento, apenas possíveis pela obtenção de fundos comunitários, devem ser vistos com bons olhos, o PSD viabilizara o mesmo pela abstenção.



Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Daniel', followed by a horizontal line and a small flourish.

(Daniel Filipe Alves Felgueiras)



Ex.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal

e demais membros da Mesa

Ex.º Senhor Presidente da Câmara

Sr.ªs. e Srs. Vereadores

Sr.ªs. e Srs. Membros da Assembleia

Ex.º Público

Comunicação social,

Na opinião do PSD, não são verdadeiramente os 6 municípios que vão gerir o serviço da STCP, porque existe um conselho de administração presidido por um elemento indicado pelo Governo do Partido Socialista, que além de tudo, tem direito de veto.

O PSD/PPM recomenda que o Município de Valongo não assuma já posição relativa aos encargos relativos à gestão dos STCP e aguarde pelo visto do Tribunal de Contas para assinar o contrato. Esta atitude deve ser tida atendendo à complexidade e algum desconhecimento da componente jurídica que o mesmo abrange. Na nossa perspetiva, o Tribunal de Contas irá colocar várias questões e obrigar a várias alterações ao documento.

O PSD/PPM está apreensivo no que concerne ao modelo de gestão, porque é dada uma indicação política que, na prática, será transposta de forma diferente, atendendo a que as câmaras municipais não possuem autonomia completa, é um processo novo que tem que ser gerido com cuidado e tempo. Neste contexto, o PSD/PPM reitera que o Dr. José Manuel Ribeiro deve usar de precaução no que concerne à assinatura do contrato.



Juntando a estas nossas preocupações, e não esquecendo que a nossa opinião é que devemos participar da gestão juntamente com os municípios do Porto, Gaia, Matosinhos, Gondomar e Maia, porque não participar transformar-nos-ia no parente pobre para a STCP, juntamos a preocupação que advém do facto de o Dr. José Manuel Ribeiro não ter clara, ou de não ter manifestado de forma clara e inequívoca, a sua estratégia para gerir este dossier.

A única coisa que ficou clara da parte do Dr. José Manuel Ribeiro, foram as reservas que manifestou publicamente em participar na gestão da STCP, foi aliás o único Presidente de câmara a fazê-lo a coberto das limitações de recursos do município. Ora o PSD/PPM mantem a certeza que sendo esta câmara da mesma cor política do actual governo suportado também pelo PCP e BE, não será difícil ao Dr. José Manuel Ribeiro jogar o seu peso político para, em sede de negociações com o governo, ultrapassar as dificuldades de índole financeira. Como já havíamos referido *só poderíamos interpretar a ausência de Valongo na gestão da STCP como inabilidade política, falta de coragem política ou falta de peso político do Senhor Presidente da Câmara. Agora que estamos prontos a assinar o contrato, recomendamos prudência, estratégia e clarividência para que o nosso concelho saia o mais beneficiado possível.*

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

(Daniel Filipe Alves Figueiras)

DECLARAÇÃO DE VOTO

Uma abordagem séria sobre as opções que neste momento estão em cima da mesa acerca do futuro da STCP exige uma, ainda que superficial, tentativa de privatização que o governo PSD/CDS procurou impor.

Tratava-se de entregar integralmente a empresa a capitais privados, subordinando um serviço público desta importância à lógica do lucro. Este processo foi ainda mais grave por assentar num caderno de encargos que punha em causa a sua função social.

Tinha razão a CDU quando manteve, até ao fim, a confiança na possibilidade de travar a privatização e no papel decisivo da luta dos trabalhadores e utentes para alcançar esse objetivo.

Esta proposta surge num momento de grande fragilidade da STCP e os seus defensores tentam explorar demagogicamente justos descontentamentos que existem, tendo em conta que a empresa se encontra profundamente afetada pelas consequências das opções impostas por governos anteriores, e que levou à diminuição da oferta de serviço público e conseqüente diminuição da procura.

A situação atual da empresa é calamitosa e pode ser caracterizada por um número insuficiente de veículos no terreno, por uma quebra muito significativa na sua manutenção, pela diminuição da frequência média das linhas, pelo aumento do número de viagens perdidas e, mais recentemente, por uma nova agudização do défice de pessoal.

Atendendo à gravidade da situação descrita, torna-se evidente que a municipalização não resolverá os problemas da empresa.

Quanto à acusação de desresponsabilização da Administração Central, esta fica plenamente confirmada com a leitura do Contrato de Delegação de Competências. Nele o governo delega quase todo o poder na Área Metropolitana do Porto (AMP) e na Unidade Técnica que fará a gestão operacional.

Os municípios ficariam responsáveis pelo tarifário, definição da rede e do serviço público a prestar, tendo a possibilidade de recorrer a serviços de transporte “complementares” e “afluentes”.

O governo demite-se de quase todas as responsabilidades, permitindo que a AMP possa alterar o serviço público como melhor entender, bastando para isso dar-lhe conhecimento.

A única área em que fica claro que o governo não prescinde do seu poder é no que concerne a decisões que tenham impacto na dívida histórica da empresa.

Neste ponto, em particular, torna-se evidente que todo o processo fica subordinado à chamada “sustentabilidade económica”. Essa parece ser a prioridade do processo.

Para já o que o contrato define é o seguinte: cada município paga proporcionalmente ao número de veículos multiplicado pelos quilómetros percorridos na sua área, o que admite a possibilidade de, no futuro próximo, os serviços variarem de acordo com as condições financeiras de cada um dos municípios.



Esta opção é ainda mais grave, conhecida que é a situação financeira da maioria dos municípios envolvidos, que se encontram profundamente endividados e com a sua capacidade de investimento comprometida.

Acresce ainda que, o município de Valongo se encontra numa situação financeira complexa, não tendo capacidade de manter na sua gestão vários serviços, como o das águas e saneamento, do estacionamento e da limpeza e, agora pretende assumir a responsabilidade de gerir a STCP.

A participação das autarquias em decisões sobre a rede da STCP não deve corresponder a transferir para estas uma responsabilidade social que sempre foi da competência da Administração Central.

Pelo exposto, a CDU vota contra a proposta.

Valongo, 12 de dezembro de 2016

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo



Ex.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal

e demais membros da Mesa

Ex.º Senhor Presidente da Câmara

Sr.ªs. e Srs. Vereadores

Sr.ªs. e Srs. Membros da Assembleia

Ex.º Público

Comunicação social,

Em primeiro lugar votos de boas festas.

Assunto – projeto de regulamento municipal de atribuição de bolsas de estudo a alunos e alunas do ensino superior, projeto final”

Começo por saudar o facto do presente regulamento ter vertido no seu conteúdo sugestões feitas, nomeadamente, pelos jovens no Conselho Municipal da Juventude.

A minha intervenção prende-se com questões de pormenor, que, se possível, gostaria de ver vertidas no presente regulamento, as

quais, porém, não alteram o nosso sentido de voto. O PSD/PPM vai votar favoravelmente.

Assim, as minhas sugestões são:

- artigo 2º - “ Que frequentam **cursos**, em estabelecimentos de ensino superior, devidamente homologados ...”

- artigo 3º nº 3 substituir “ ... carência monetária.” Por “ **carência económica.**”

- artigo 3º nº 8 – “As pessoas que podem ... “ - crítica – até parece que a Câmara pode determinar quem pode ... isto é, não deixa que outros vivam em economia comum!!

Retirava do regulamento as especificações ... pai, mãe ... depois os serviços, internamente fazem um despacho a especificar exatamente quais são os do 1º grau, ... por exemplo, porque se colocou enteados? E não se colocou padrasto ou madrasta ...

Proponho – para efeitos dos presente regulamento, consideram-se que vivem em economia comum com o/a requerente:

a) “...”

b) Parente ou afim em linha reta ou até ao 3º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com a qual a requerente tenha uma relação de adoção, de tutela ou de apadrinhamento civil.

c) Crianças e jovens confiados por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes para o efeito ao/à requerente ou a qualquer dos elementos do agregado familiar.

Esta redação torna inútil as alíneas c), d), e) – retirar o conteúdo destas alíneas.

- artigo 4º - acrescentava um número

2 – O requisito previsto na alínea e) do número anterior não é exigido quando o/a candidato/a se inscreve pela 1ª vez no Ensino Superior.

- artigo 9º nº 6 – penso que não se quer ter aí IRC?? Ou há alguma razão? O candidato é sempre pessoa singular ...

- artigo 9º nº 6 f) – proponho retirar – é um requisito exigido a todos, por isso vem logo no nº 7 de modo até mais completo.

- artigo 9º nº 11 – dividir em dois números, pois trata de matérias diferentes. Uma é a realização de exames em segunda época, outra bem diferente é não poder apresentar, como é exigido, os documentos com a candidatura. Esta segunda hipóteses deve constar de um número próprio, e ficar logo a seguir ao último requisito de candidatura.

- artigo 11 nº 2 – frase sem sentido ... não tem verbo ...??? É uma alínea? É um dos deveres

Disse.

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM



(Rosa Maria de Sousa Martins Rocha)



Doc. 17

Declaração de Voto

Relativamente ao parecer do Conselho Municipal da Juventude sobre o Orçamento e Grandes opções do Plano para o ano de 2017, tanto o PSD como a JSD cingir-se-ão a tecer, essencialmente, considerações de ordem política.

Entendemos que para as pessoas menos informadas este orçamento pode parecer interessante do ponto de vista do investimento no Concelho de Valongo.

Ora, do nosso ponto de vista, é perfeitamente claro que este Orçamento Municipal está fortemente condicionado pelos fundos comunitários.

Idealmente, deveriam ser o Presidente da Câmara e os vereadores do PS a tomar as rédeas daquilo que devem ser as opções estratégicas para o Concelho de Valongo. Este não é o caso. Em assuntos como, por exemplo, as obras de reabilitação das escolas do Concelho de Valongo, teve que ser o PSD a impor-se para que as desejadas obras de reabilitação se concretizassem. E isto diz respeito à juventude de forma directa.

Importante ressaltar que, tanto para o PSD como para a JSD, todos os investimentos realizados no concelho de Valongo, que obedeçam a uma estratégia de crescimento e desenvolvimento sustentados, são positivos.

Neste caso o que é negativo é o facto de, sucessivamente, ao longo deste mandato e em todos os orçamentos (e o do 2017 não é excepção) o PS foi incapaz de criar uma linha condutora e

uma estratégia clara de desenvolvimento para o Concelho de Valongo.

Esta forma de governar, desgovernada, no que diz respeito às políticas da juventude, assume clara importância quando entendemos que aquilo que é realizado para construção de um futuro para os jovens de Valongo, é realizado através de um modelo confuso e sem objetividade.

É indesmentível a ausência de estratégia relativamente às políticas da juventude, assim como é manifestamente insuficiente o envelope financeiro que acompanha as mesmas.

De nada serve, por exemplo, continuar a exponenciar o investimento no OPJ. O mesmo continua envolto em sérias polémicas, com uma forma de funcionamento suportada pelas mais recentes práticas, levando a que a juventude se sinta responsável, por exemplo, pelas obras na sua escola.

Pelo PSD e pela JSD,

(Daniel Filipe Alves Felgueiras)

(Vânia Moreira de Sousa)

